

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.429.568 - RJ (2019/0009453-6)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : **RN COMÉRCIO VAREJISTA S.A**
ADVOGADOS : **ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO E OUTRO(S) -**
PE023255
SORAIA GHASSAN SALEH - RJ127572
DANIEL STEELE WIECHMANN - RJ159796
VITOR VALERIANO BAPTISTA - RJ178346
AGRAVADO : **ASSOCIACAO PESTALOZZI DE SILVA JARDIM**
ADVOGADOS : **LUIZ GUSTAVO CORRÊA DE MELLO - RJ126269**
LUIZ ADRIANO RIBEIRO FOGAÇA - RJ164206

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por RN COMÉRCIO VAREJISTA S.A. contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZATÓRIA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. OBRIGAÇÃO DE FAZER CONVERTIDA EM PERDAS E DANOS.

Insurge-se o agravante contra a decisão que converteu a obrigação de entregar novo fogão em perdas e danos, no valor de R\$3.000,00 (três mil reais). A decisão do Juízo *a quo* encontra-se devidamente fundamentada no art. 499 do Código de Processo Civil, que permite ao Magistrado converter a obrigação de fazer em perdas e danos. Entretanto, a recalcitrância da requerida ao descumprir o comando judicial por cerca de três anos e meio se mostra temerária ao bom desempenho deste Egrégio Tribunal de Justiça. A aplicação sistemática da tese jurídica, leia-se enriquecimento injustificado, só contribui para que os resultados práticos das decisões judiciais não atinjam os fins a que se destinam, pouco significando o custo judiciário, já estatisticamente calculado como favorável a estes litigantes institucionais. Destarte, o valor de R\$3.000,00 (três mil reais) fixado a título de perdas e danos se revela irrisório, tendo em vista a presença contumaz da agravada no polo passivo das demandas. Por conta de tais fundamentos, conheço e dou parcial provimento ao recurso, para alterar tão somente o valor arbitrado a título de perdas e danos, que a partir da publicação deste V. Acórdão passa a ser de R\$10.000,00 (dez mil reais).

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao disposto nos arts. 884 e 944, do CC.

Alega, em síntese, que o valor da indenização por perdas e danos (R\$ 10.000,00 - dez mil reais) extrapola a razoabilidade e configura um enriquecimento sem causa da parte agravada. Defende ter havido afronta ao princípio da proporcionalidade.

É o relatório. DECIDO.

2. O Tribunal de origem, ao majorar a indenização fixada a título de perdas e danos, assim consignou:

Analisando os autos, entendo ter sido apropriada a decisão do Douto Juízo a quo quando converteu a obrigação de fazer em perdas e danos, eis que é dever do Judiciário solucionar o litígio posto a julgamento, evitando que a discussão perpetue pelo tempo.

Se de um lado, os valores arbitrados devem obrigatoriamente observar os princípios da razoabilidade e proporcionalidade a fim de coibir o enriquecimento sem causa, por outro lado, não pode ser fixado num patamar em que permanecer desatento à ordem judicial seja mais benéfico do que cumprir com a determinação judicial.

No ponto de equilíbrio destes dois critérios, situa-se a adequada fixação dos valores devidos. Para que isto ocorra, é necessário verificar as peculiaridades do caso concreto, ficando atento com a recalcitrância daquele que deixou de cumprir espontaneamente sua obrigação, assumindo em virtude de sua inércia os riscos e encargos previstos em lei.

Destarte, não pode a empresa ré, ora agravada se esquivar de suas obrigações, beneficiando-se de sua própria torpeza, sendo certo que tal comportamento é categoricamente vedado pelo ordenamento jurídico por conta do prestígio da boa-fé objetiva.

Assim, entendo que o valor carece de modificação, não só pela notória capacidade financeira da agravante, como também por ser uma questão que já deveria estar resolvida há mais tempo.

A recalcitrância da requerida ao descumprir o comando judicial por cerca de três anos e meio se mostra prejudicial ao bom desempenho deste Egrégio Tribunal de Justiça.

Sob este enfoque, o valor de R\$3.000,00 (três mil reais) fixado a título de perdas e danos, se revela irrisório tendo em vista a presença contumaz da agravada no polo passivo das demandas.

Com efeito, entendo que o valor arbitrado a título de perdas e danos deva ser alterado para R\$10.000,00 (dez mil reais), tendo em vista o elevado poderio econômico da agravada, bem como a existência de reiteradas demandas judiciais em que se vislumbra semelhante descumprimento de sua parte.

Nesse contexto, aferir a proporcionalidade entre o valor da indenização fixada pelo Tribunal de origem e a conduta desidiosa da ora agravante quanto ao descumprimento da obrigação de fazer, demanda, necessariamente, a incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado em Recurso Especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

Merece destaque, sobre o tema, o consignado no julgamento do Resp 336.741/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ 07/04/2003, "(...) se, nos moldes em que delineada a questão federal, há necessidade de se incursionar na seara fático-probatória, soberanamente decidida pelas instâncias ordinárias, não merece trânsito o recurso especial, ante o veto da súmula 7-STJ".

3. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator

